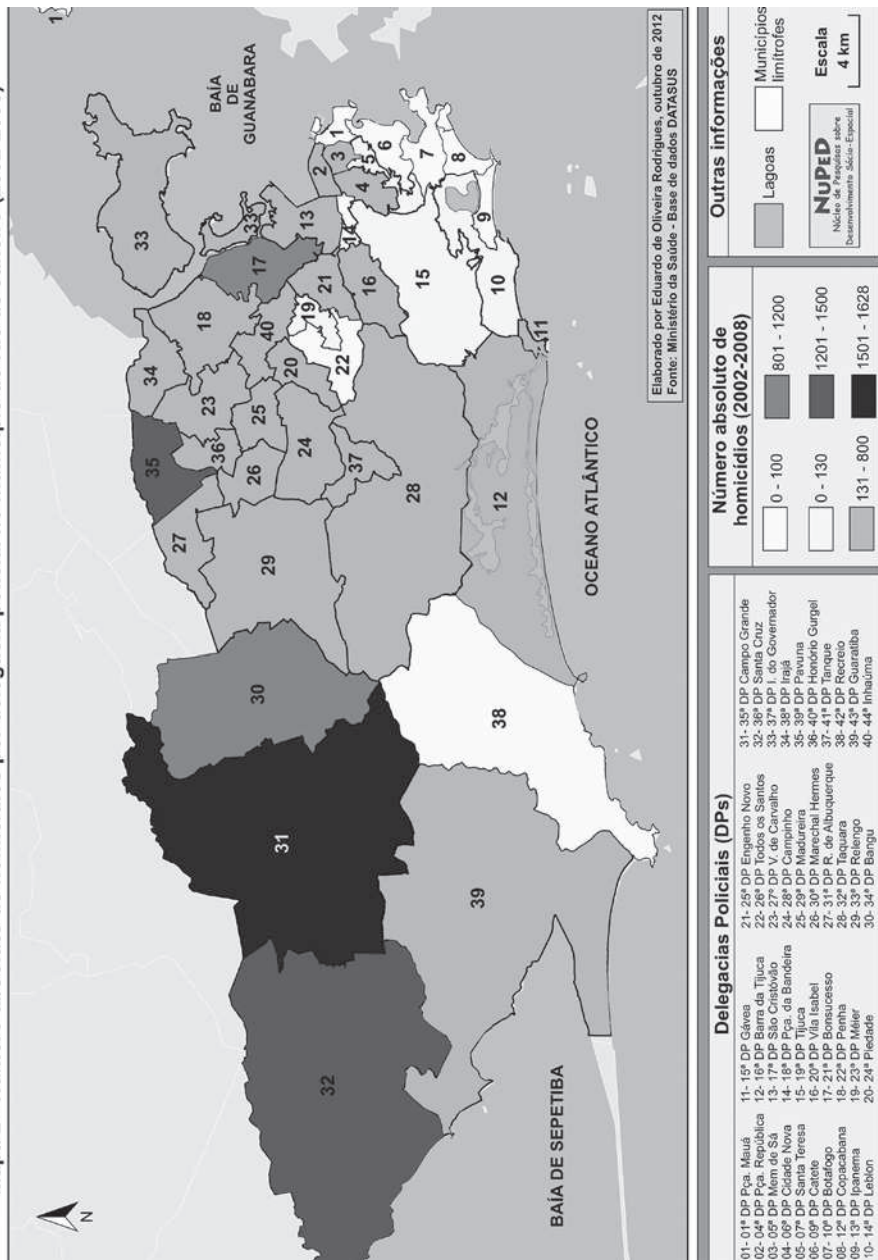
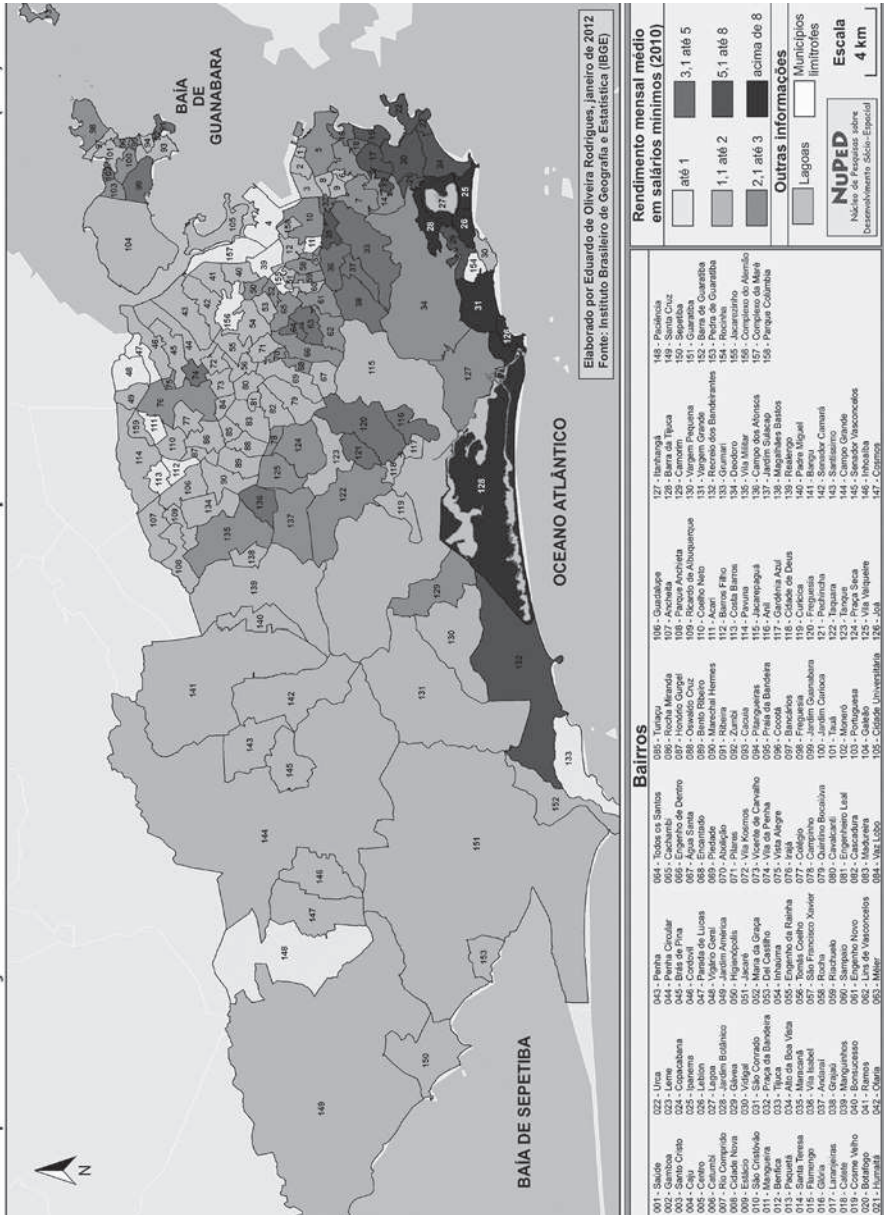


Mapa 2 - Número absoluto de homicídios por delegacia policial no município do Rio de Janeiro (2002-2008)



Mapa 3 - Distribuição do rendimento médio em salários mínimos por bairro na cidade do Rio de Janeiro (2010)



A série histórica dos homicídios (2002-2008) foi escolhida por ela representar o período diretamente anterior à instalação da primeira UPP, em dezembro de 2008, no Morro Santa Marta. Ao compararmos os mapas percebemos claramente, em primeiro lugar, um alinhamento maior da lógica da “pacificação” segundo a variável “renda” do que “homicídios”. As áreas mais violentas da cidade ainda não receberam sequer uma Unidade de Polícia Pacificadora. A exceção foi, no ano de 2012, a instalação das 8 UPPs que compreendem a área do Complexo do Alemão, conjunto de favelas localizado na “Zona Norte” da cidade. Por outro lado, a “Zona Sul”, setor geográfico de maior destaque do ponto de vista da renda e palco de atividades durante os Jogos Olímpicos de 2016 conta com 6 UPPs que englobam praticamente todo o universo de favelas da região. A localização das UPPs continua a seguir o padrão “renda + megaeventos” no setor geográfico “Centro” e da “Grande Tijuca” (porção na Zona Norte que tem limite entre o Centro e a Zona Sul), onde encontramos bairros de razoável índice de renda, além de serem locais escolhidos para a realização de outros eventos durante as Olimpíadas. As UPPs espalhadas por esses três setores (Sul, Centro e Grande Tijuca) formam uma espécie de “arco da pacificação”, responsável por garantir condições de, ao mesmo tempo, realizar os “megaeventos” e fomentar investimentos na região do ponto de vista da iniciativa privada.

Não é à toa que o projeto venha sendo operacionalizado pelo Poder Público a partir de parcerias firmadas com empresas. Já no segundo semestre de 2010, o governador do estado Sérgio Cabral Filho, o secretário de segurança pública José Mariano Beltrame e o então comandante-geral da Polícia Militar (PMERJ) Mário Sérgio Duarte anunciaram a criação de um fundo de investimentos para a dinamização do projeto da “pacificação”, que contaria com investimentos diretos da iniciativa privada. Dentre as empresas participantes, temos importantes nomes do setor corporativo como o Bradesco Seguros, Coca-Cola, Souza Cruz, o Grupo EBX, além da Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Só o Grupo EBX, ligado ao empresário Eike Batista, prometeu investimentos na ordem de R\$ 20 milhões até 2014 para o projeto¹⁷². E, não por acaso, o mesmo conglomerado formado pelo Grupo EBX, que possui um dos seus “tentáculos” sobre o setor imobiliário carioca, vem a conseguir bons frutos com as UPPs em decorrência da enorme valorização de algumas áreas da cidade. Algumas favelas como a Cidade de Deus, Providência e Ladeira dos Tabajaras tiveram reajuste de 400%, 100% e 75% no preço de compra de uma habitação tipo “quarto-sala” entre dezembro

172 <http://exame.abril.com.br/negocios/empresas/noticias/eike-anuncia-doacao-r-20-mi-ups-rio-590747>

de 2008 e julho de 2010¹⁷³. Já nos bairros onde localizam-se as favelas, o impacto da valorização no período foi igualmente intenso. De acordo com dados do SECOVI-RJ (Sindicato da Habitação do Rio de Janeiro) publicados em matéria do jornal “Folha de São Paulo”¹⁷⁴, houve em média valorização de 101,4% para compra de um apartamento de dois quartos em Copacabana. Já em Botafogo, a valorização foi de 67%, enquanto no Leme o aumento foi de 50%. A tendência de valorização atinge, em uma escala maior ou menor, todos os bairros e favelas dentro da área de atuação do projeto.

É muito importante perceber também a lógica espacial das UPPs fora da região do “arco da pacificação”. As únicas duas unidades instaladas na Zona Oeste da cidade estão próximas de áreas onde ocorrerão atividades ligadas aos Jogos Olímpicos também. A UPP “Jardim Batan” se localiza próximo ao bairro de Deodoro, local das provas de tiro, hipismo e ciclismo, enquanto a UPP Cidade de Deus engloba a área de um importante complexo esportivo olímpico. Além disso, ambas as UPPs, em conjunto com as 8 unidades do Complexo do Alemão, resguardam importantes fixos dentro da rede de infraestrutura da cidade. No caso do Alemão, as UPPs estão próximas ao entroncamento entre a Linha Vermelha, a Linha Amarela e a Avenida Brasil, as três principais vias que cortam o tecido urbano carioca e que ligam a cidade à sua Região Metropolitana. O domínio sobre as vias é fundamental para o rápido deslocamento entre os bairros do Rio, além de permitirem a ligação do restante da cidade e do Grande Rio aos dois aeroportos da capital. Portanto, quando observamos onde estão as UPPs e como o projeto evoluiu ao longo dos últimos anos, nos parece que o sentido da “pacificação” não se limita somente ao bojo da “segurança pública”, uma vez que sua lógica locacional opera de acordo com interesses que orbitam em outras esferas.

Ainda no caso das UPPs “periféricas”, sua instalação pode servir como catalizador para a reversão da tendência histórica de estagnação econômica verificada principalmente nos bairros do entorno do Complexo do Alemão. Desde os anos de 1980, a Baixada de Inhaúma sofre um profundo processo de desindustrialização que está ligado, entre outros fatores, ao aumento da violência na região. Com a “pacificação” de favelas, a área pode voltar a ser alvo de investimentos do setor secundário, por concentrar fatores locacionais importantíssimos para a atividade industrial como o ótimo acesso às vias de transporte, terrenos relativamente baratos, abundante mão-de-obra, etc. Antes mesmo da “pacificação” do Alemão,

173 http://oglobo.globo.com/rio/arquivos/Levantamento_de_valores_imobiliarios.doc

174 <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/888964-upp-faz-preco-de-imoveis-disparar-no-rio.shtml>

durante o período em que a favela foi ocupada militarmente pelo Exército em 2010, o prefeito Eduardo Paes sinalizava para tal tendência¹⁷⁵: “Do ponto de vista empresarial, essa área vai valorizar em um processo natural por causa da pacificação nas comunidades. Estamos com os olhos voltados para essa região da cidade.”

Finalmente, com relação às duas UPPs mais recentes – Jacarezinho e Manguinhos, além das referidas favelas ocuparem também uma posição privilegiada de proximidade às importantes vias de circulação internas da cidade, havia todo um apelo prévio, por parte da opinião pública, para a “pacificação” da referida área em decorrência da maior “crackolândia” do Rio estar localizada nas suas imediações. O Jacarezinho e Manguinhos, ademais, tornaram-se, após a “pacificação” do Complexo do Alemão, os principais domínios territoriais do Comando Vermelho (CV) na “Zona Norte” carioca¹⁷⁶. A “perda” das duas favelas consolidou a tendência de uma cada vez maior “periferização” dos domínios territoriais da referida quadrilha, que favoreceu o consequente acirramento das disputas territoriais entre grupos rivais de traficantes e paramilitares nos bairros periféricos mais pobres da cidade. Este nos parece ser um dos efeitos mais perversos do projeto, uma vez que ele agrava o quadro de insegurança em alguns bairros cariocas fora do perímetro do “arco da pacificação”. O problema, no entanto, apesar de ter sido estudado pelo autor do presente trabalho, foge aos objetivos deste pequeno artigo.

Mas o sentido da “pacificação” não vai se limitar ao que foi dito até agora. Um dos pontos do projeto diz respeito à proposta de “integração” das favelas ao restante do tecido urbano. Uma vez ocupadas, as favelas passam por uma série de impactos no que diz respeito à oferta e regulamentação de serviços, como também em melhorias na sua infraestrutura. A dimensão “social” do projeto, batizada não por acaso de “UPP Social”, compreende a realização de projetos em parceria com a iniciativa pública e privada, com o objetivo de promover melhorias no espaço das comunidades, indo desde projetos educacionais, esportivos e culturais, até mesmo a cursos para a capacitação profissional e empreendedorismo, além de fomentar melhorias, como exposto acima, na infraestrutura de tais espaços.

O projeto da UPP Social foi inicialmente coordenado pela Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (SEASDH). Lançado em agosto de 2010, ele foi elaborado pelo economista Ricardo Henriques, convidado pelo governo estadual para assumir a SEASDH no mesmo ano. No final de 2010 o economista deixou a Secretaria e o programa foi então transferido para o muni-

175 Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=1377692>

176 Disponível em: <http://odia.ig.com.br/portal/rio/complexo-de-manguinhos-agora-%C3%A9-o-novo-alem%C3%A3o-1.460333>

cípio, a partir de acordo firmado entre as diferentes esferas de governo. Em 4 de janeiro de 2011 a versão “social” do projeto via prefeitura foi lançada sob o nome de “UPP Social Carioca”, passando a ser coordenada pelo Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), órgão de planejamento urbano da prefeitura que desde 2011 é presidido pelo próprio Ricardo Henriques. O interessante é que a mudança provocou uma sobreposição de projetos. Nas favelas onde as ações sociais foram iniciadas antes da prefeitura, o estado continuou a exercer o papel de articulador das políticas sociais através do programa “Territórios da Paz”, criado em substituição ao da UPP Social e vinculado a mesma SEASDH. Todavia, a prefeitura passou a atuar também nas favelas onde o governo do estado já estava presente através da “UPP Social Carioca”, um programa com formato parecido ao do governo do estado. De acordo com informações obtidas em junho de 2011 durante conversa informal com uma das gestoras do “Territórios da Paz” no Morro da Providência, o mentor do projeto – Ricardo Henriques, não desejava perder o nome da iniciativa, que acabou sendo transferida para a prefeitura com o mesmo nome que tinha anteriormente no estado. Só que, por outro lado, o governo estadual não queria abrir mão do controle sobre a dimensão “social” do projeto, já que ela dava boa visibilidade política para Sérgio Cabral Filho. O resultado é atuação concomitante do governo do estado e do município em algumas favelas, através de projetos semelhantes mas com nomes diferentes.

As iniciativas da UPP Social para as favelas possuem como um dos pilares de ação os programas de urbanização, como o “Morar Carioca”. O projeto, que pretende trazer melhorias na infraestrutura das favelas “pacificadas”, está em curso atualmente em 16 morros ocupados pela polícia¹⁷⁷. A tentativa de integração atual retoma os princípios que nortearam programas anteriores como Favela-Bairro, que propunha, da mesma forma, uma “integração” ampla das favelas ao tecido urbano através de ações sociais e de fomento à atividades econômicas (CUNHA *et al.*, 2011). Por estar associada a uma política de “segurança pública”, a UPP Social abre possibilidades de enfrentamento de um dos maiores obstáculos enfrentados anteriormente pelo Favela-Bairro: a presença e a atuação de grupos de traficantes de drogas ostensivamente armados nos morros (SOUZA, 2000).

A discussão de “integração” de favelas não será, entretanto, inaugurada com a UPP Social ou pelo programa Favela-Bairro. Ela remonta às ações da Igreja Católica realizadas em favelas já na década de 1950, e que logo depois foram

177 Alemão, Andaraí, Borel, Cidade de Deus, Chapéu Mangueira e Babilônia, Fallet-Foqueteiro e Coroa, Macacos, Providência, São Carlos, São João, Tabajaras, Turano, Vidigal e Chácara do Céu. Dados referentes ao mês de março de 2013.

incorporadas pelo Poder Público do então estado da Guanabara nos anos 1960 (PARISSE, 1969; PEARLMAN, 1981; VALLA, 1986; VALLADARES, 2005). Isso aparece muito claramente quando o projeto da UPP Social fala em “integrar plenamente as favelas ao restante da cidade” da mesma maneira que, anteriormente, a Cruzada São Sebastião e o Serviço Especial de Recuperação das Favelas e Habitações Anti-Higiênicas (SERFHA) propuseram no passado. Mas a “integração” nos dois períodos não deve ser tomada como algo gratuito. Em ambos os casos percebemos traços comuns à ideologia do “Desenvolvimento de Comunidade”, que propõe um tipo de “integração” que visa fundamentalmente indexar os pobres urbanos ao processos de acumulação capitalista. Essa abordagem, que chegou às cidades brasileiras a partir da segunda metade dos anos 1950, fora institucionalizada por organismos internacionais como a ONU, OEA, UNESCO, etc, após a 2ª Guerra Mundial, no intuito de mitigar a situação de pobreza dos países pobres do mundo em um momento histórico de disputa geopolítica entre os EUA e a URSS. De maneira geral, ela pode ser entendida como uma estratégia operacionalizada pelos norte-americanos através dos organismos internacionais supracitados, para expandir e manter sua área de influência dentro de uma ordem mundial bipolarizada. A ONU em 1956, em meio ao esforço de propagandear tal abordagem pelo mundo, definiu o “Desenvolvimento de Comunidade” como:

“o processo através do qual os esforços do próprio povo se unem aos das autoridades governamentais, com o fim de melhorar as condições econômicas, sociais e culturais das comunidades, integrar essas comunidades na vida nacional e capacitá-las a contribuir plenamente para o progresso do país” (AMMANN, 1987 p. 32).

De acordo com a definição, percebemos que tal abordagem parte da conjugação entre as ações da comunidade e as do Poder Público. O papel do Estado passa a ser “mapear” o que a comunidade faz, para que a partir daí ele possa agir no sentido de potencializar e direcionar iniciativas em prol do seu “desenvolvimento”. Durante as décadas de 1950 e 1960, a função dos técnicos que trabalhavam a serviço da Igreja e dos órgãos estatais era para que a participação popular se traduzisse na prática em todo um trabalho de persuasão da população no sentido de levá-la a aceitar um novo *modus vivendi* (VALLA, 1986, p. 72), que no caso se referia ao novo *nómos* que o governo procurava impor às favelas.

A “integração” aí partia de um princípio fundamentalmente exclusivo: o do próprio modo de vida dos favelados. O que estava em jogo era todo um conjunto de práticas espaciais dos moradores, assim como a maneira como eles

mesmos produziam o espaço da cidade. “Integrar” e “desenvolver” a comunidade eram os objetivos, mas deixar de lado aquilo que não fosse compatível com a ideologia que permeava do “Desenvolvimento de Comunidade” era necessário. A melhoria nas condições de vida seria decorrência da passagem de uma classe social para outra, não sendo feita pelo caminho de uma transformação estrutural da sociedade, mas, por outro lado, pela incorporação das normas de convívio e práticas espaciais tidas como únicas e legítimas pela ideologia dominante. O “Desenvolvimento de Comunidade” é assim concebido dentro de uma visão acrítica e aclassista da sociedade, que despolitiza o trabalho social e não realiza nenhuma crítica às estruturas responsáveis pela geração de desigualdades sociais e miséria (AMMANN, 1987, p. 32).

Essa visão foi bastante articulada com o momento político que o Brasil vivia na época, animado pela doutrina do “Desenvolvimentismo” do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961). A noção de integração das populações pobres ao modelo de desenvolvimento nacional era bastante cara ao “Desenvolvimento Comunitário”, como vimos na sua definição exposta pela ONU anteriormente. Na sua adaptação à realidade das cidades brasileiras, toda a preocupação de integração dos pobres urbanos fez da favela o espaço de atuação por excelência do Poder Público. Não é exagero sublinhar que a ideia de “integração” das populações pobres por esse viés possui profunda articulação com as diretrizes econômicas do governo na época, que procurava “modernizar” as bases econômicas como salvaguarda da “paz social” – entendida aqui através da contenção do comunismo e de outras “ideologias exóticas”, que ainda persistiam em rondar os pobres brasileiros na época (AMMANN, 1987, p. 43). É importante frisar, no entanto, que a articulação entre a proposta de “harmonia social” positiva do “Desenvolvimento de Comunidade”, com a ideia de harmonia que pregava o “Desenvolvimentismo”, ou seja, do povo unido, em prol do “progresso nacional”, era uma importantíssima ferramenta ideológica para o governo J.K. Da mesma forma, é muito interessante percebermos como a articulação presente entre as ideologias dos dois projetos encontram alguns “ecos” no atual programa de “pacificação” de favelas. A pauta atual de ocupação policial atrelada à iniciativas “sociais” nos parece mais uma tentativa de, ao mesmo tempo, “integrar” os pobres urbanos ao modelo de “desenvolvimento” nacional do país, assim como paralelamente desenvolver novas estratégias de controle social sobre eles. Não é por acaso que um dos objetivos do modelo econômico aplicado na última década pelo PT seja, em primeiro lugar, a geração de renda e crescimento econômico pela integração dos segmentos de baixa renda à economia nacional. E não é por acaso também que o lema do Gover-

no Federal, nas últimas duas gestões, tenha ressaltado justamente esta estratégia através de dois sugestivos *slogans*: “Brasil: um país de todos” no Governo Lula (2002-2010) e “Brasil: país rico é país sem pobreza” no governo Dilma Rousseff (2010-2014). Em um momento em que se fala de um “Novo Desenvolvimentismo”, a preocupação com a “integração” dos pobres em escala nacional ganha importância e é reverberada nas iniciativas do Poder Público em escala local, em decorrência do próprio alinhamento institucional hoje presente no Rio de Janeiro.

Diante de tudo o que foi exposto até aqui, concordamos com Teixeira (2011) sobre o papel que as UPPs possuem para a formalização dos moradores das favelas enquanto um enorme mercado consumidor ainda subexplorado na cidade. Se imaginarmos que a população favelada carioca é hoje superior a 2 milhões de pessoas, estaremos falando de um interessante contingente populacional que antes encontrava-se fora do recolhimento de taxas e impostos por parte do Estado. Além disso, a oferta de cursos profissionalizantes e outros projetos sociais feita pela UPP visa a formação, na maioria dos casos, de indivíduos de baixa qualificação, capazes de, ao mesmo tempo, servirem de mão-de-obra barata para o mercado de trabalho. Somado a isso, as favelas cariocas, como vimos no início do nosso artigo, apresentaram na última década uma significativa mudança no perfil socioeconômico dos seus moradores, o que potencializa ainda mais os interesses do Estado em incorporar tais espaços aos circuitos formais da economia urbana.

Considerações finais

Procuramos, ao longo do artigo, tornar um pouco mais claro o papel que as UPPs exercem para os processos de acumulação capitalista em curso hoje na cidade do Rio de Janeiro. Nessa seção final, gostaríamos de levantar, muito brevemente, alguns apontamentos para reflexão com base em nossa pesquisa de mestrado no último ano.

É importante compreendermos, numa primeira aproximação, o projeto de “pacificação” como ferramenta em prol de uma determinada *concepção* de cidade. Vivemos na metrópole carioca um contexto de extrema violência e militarização do seu cotidiano. O mesmo governo que ocupa militarmente favelas é aquele que, simultaneamente, promove a regularização e higienização autoritária dos espaços públicos do Rio. O programa “Choque de Ordem”, mesmo sendo operado em outra esfera administrativa do Estado, possui, em conjunto com as UPPs, um viés fortemente disciplinador e biopolítico das ruas e favelas da cidade. Este mesmo governo que “pacifica” é aquele que, após mais de três décadas, resgata a velha perspectiva “remocionista” de moradias populares por conta de

obras de infraestrutura ligadas aos grandes projetos de “revitalização” urbana ou aos “megaeventos”. As casas do Morro da Providência e os recentes despejos de moradores do Horto no Jardim Botânico e da Aldeia Maracanã são apenas alguns exemplos do que estamos falando. Não obstante, o mesmo governo responsável pela UPP formata e articula o projeto dentro de uma perspectiva neoliberal de governabilidade urbana, ao prever diferentes parcerias “público-privadas” para o financiamento de políticas de “segurança” e ações “sociais” nas favelas. Em sua grande maioria, tais ações se operam a partir de parcas políticas de geração de renda, através de empregos precarizados e cursos que prezam pela formação de uma mão-de-obra miserável de baixa qualificação. Tudo isso acompanhado por um processo de brutal militarização do cotidiano dos pobres, dado o caráter de “policição” das políticas empreendidas nas favelas.

Se transitarmos um pouco mais além do referido quadro, as UPPs pode ser tomadas, numa segunda aproximação, como uma diretriz articulada com o próprio modelo de “desenvolvimento” que o Brasil e o Rio de Janeiro parecem ter escolhido para si. Para brasileiros e principalmente cariocas, a última década marcou a retomada de um contexto de relativa prosperidade econômica, com a recuperação da auto-estima geral da cidade após décadas de estagnação. Nesse “novo tempo”, as UPPs aparecem no Rio como a iniciativa capaz de, simultaneamente, trazer maior “tranquilidade” para uma população amedrontada, garantir a realização dos “megaeventos” esportivos, assim como permitir que todo o crescente dinamismo econômico das favelas se insira nos mecanismos formais de regulação do Estado. O problema, todavia, que merece ser formulado diante disso, repousa precisamente sobre o seguinte questionamento: *a qual tipo de “desenvolvimento” as UPPs servem?*

As diretrizes que sustentam as políticas econômicas brasileiras na atualidade partem não só da ampliação do consumo interno – devido, principalmente, a um aumento relativo da renda média do país e da alta oferta de crédito, como também por vultuosos investimentos em obras de infraestrutura urbana, nas redes de energia, na malha de transportes, nas telecomunicações, na ampliação do agro-negócio, no reaparelhamento do arsenal bélico, entre outras coisas. Como se não bastasse, acrescente-se a tais fatores a realização de algumas políticas “sociais” compensatórias, que ajudaram a elevar o poder de compra dos estratos mais humildes da população nos últimos dez anos. A “pacificação” de favelas – dentro do referido contexto – exerce papel fundamental na inserção mais plena dos pobres nos processos de acumulação formais da economia urbana. A regularização de todo o setor terciário favelado, assim como dos serviços públicos oferecidos, abre

caminho para o aumento substancial na arrecadação de tributos pelo Estado. A integração via mercado vai exigir, da mesma forma, que toda a massa de trabalhadores favelados mal remunerados e com baixíssimo nível de instrução receba melhor qualificação, de maneira a corroborar com o modelo de “desenvolvimento” proposto para o país, para o Rio e agora para as favelas cariocas.

Isto não significa, todavia, que as políticas de geração de renda flaqueadoras da “pacificação” possam ser encaradas como uma proposta séria de empregabilidade. Trabalhos de baixíssima remuneração, sob regime de contrato temporário, criados a partir de parceria com empresas privadas são o mote das iniciativas. A qualificação de mão de obra proposta pelo projeto segue a linha geral da formação de um exército de trabalhadores dotados de parca qualificação técnica, que podem assumir, quando muito, os postos de trabalho precarizados (necessários) oferecidos pelo setor secundário e terciário da economia. Não é à toa que cursos técnicos de cabeleiro, corte e costura, hotelaria, cozinha, ajudante de pedreiro, entre outros sejam a gama de “oportunidades” para os pobres, dentro da velha dicotomia que credita aos mais humildes a opção por uma formação técnica em detrimento de uma educação voltada para valores políticos mais profundos. As UPPs não escapam do par associativo formado entre pobreza e criminalidade, ao tomar tais iniciativas como uma política fundamentalmente preventiva de “segurança” para as favelas. Longe de oferecer uma opção viável de vida para os pobres urbanos, essas políticas sociais compensatórias aprumam-se com o exercício de “policiação” da vida de todos aqueles que participam do cotidiano das favelas ocupadas permanentemente pelo Estado. A expulsão, é importante sublinhar, da esfera visível armada do tráfico, em conjunto com a oferta de alguns serviços, pode nos indicar um certo avanço político em tais espaços. No entanto, valores democráticos mais profundos – como a capacidade de autodeterminação política dos moradores, maior justiça social, respeito aos direitos humanos, entre outros, encontram-se ainda distantes dos ganhos já conseguidos pelo projeto. Nos parece assim urgente tentar compreender, para além do processo de “integração” de favelas, a qual tipo de concepção de cidade e modelo de “desenvolvimento” as UPPs estão atreladas, assim como os limites e possibilidades do projeto em tempos de construção de um discurso quase hegemônico sobre as benfeitorias inquestionáveis da “pacificação”.

Referências

AMMANN, Safira. 1987. *Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil*. São Paulo: Cortez.

BEZERRA, Aída. 1978. As atividades em educação popular. In: *A questão política da educação popular*. 1. ed. São Paulo: Brasiliense.

CUNHA, Neiva *et al.* 2011. Novos conflitos na cidade: a UPP e a urbanização da favela. In: *DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 4, n. 3, jul./ago./set. 2011, pp. 371-401.

FIANI, Ronaldo. 2012. *Problematizações acerca do conceito de um “novo” estado desenvolvimentista*. Brasília: IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portall/images/stories/PDFs/TDs/td_1749.pdf. Acesso em: 3 fev. 2012.

PARISSE, Luciano. 1969. *Favelas do Rio de Janeiro: Evolução-sentido*. Rio de Janeiro: CENPHA, p. 231.

PERLMAN, Janice. 1981. *O mito da marginalidade – favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 377.

SOUZA, Marcelo Lopes. 1997. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. *Território*, n. 3, pp. 13-35.

_____. 2000. *O desafio metropolitano. Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

TEIXEIRA, Eduardo. 2011. *A doutrina da pacificação*. Disponível em: <http://passapalavra.info/?p=34214>. Acesso em: 2 fev. 2011.

VALLA, Victor. 1986. *Educação e favela*. Petrópolis: Vozes.

VALLADARES, Licia do Prado (2005). *A Invenção da Favela*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, v. 1, p. 204.

■..... Eduardo de Oliveira Rodrigues é geógrafo e mestrando em geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Já trabalhou em diversas escolas públicas no estado do Rio de Janeiro como professor de Ensino Fundamental, Médio e em pré-vestibulares. Desde 2009 participa do GEP – Grupo de Educação Popular, um coletivo autogestionado que realiza há cinco anos um trabalho de militância no Morro da Providência (favela localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro) dentro do campo da Educação Popular. O coletivo atualmente coordena dois projetos: um pré-vestibular popular e um curso de alfabetização de jovens e adultos. Sua área de atuação engloba estudos sobre a temática da violência urbana e segurança pública, além do ensino de Geografia.